

## Democracia, reforma política e a dimensão racial e de gênero: qual o caminho possível?

por Rosane Borges<sup>1</sup>

### 1 Guerra civil contra as formas de existência: cartão-postal de nosso tempo

Podemos observar que os diagnósticos corriqueiros convergem para destacar fenômenos e elementos sobressalientes da dinâmica social e política contemporânea: a assunção e consolidação de uma guerra civil em que o fascismo ascendente pretende suprimir as formas-de-vida que não obedecem ao padrão branco-macho-conservador-cristão-evangélico-heteronormativo-neoliberal (“a minoria vai ter que se curvar à maioria, bradou a família Bolsonaro, pai e filhos); a militarização declarada do enfrentamento político; o uso ilimitado da violência institucional ou jurídica sob o manto risível da democracia; a prática da autoverdade em confronto direto com os dados irrefutáveis da experiência, da inteligência coletiva e da intelectualidade; o neoextrativismo que faz das reservas naturais uma fonte de exploração de um capitalismo sem peias, asfixiando práticas milenares dos povos indígenas e quilombolas; o recrudescimento raivoso do racismo e do sexismo nas suas formas mais extremas...

É com assustadora frequência que testemunhamos nos tempos que correm a combinação nefasta do *liberalismo econômico* com o *conservadorismo reacionário*, uma espécie de casamento por interesse que vem se mostrando o principal fiador deste quadro de destruição e horror. O presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, é filho legítimo desse enlace: apelo à barbárie, ausência de qualquer humanismo, decadência estética que se expressa nas formas mais grotescas, desdém pela Educação e Cultura...

Essa face aberrante e intolerável só ganha tais contornos no cenário brasileiro porque a combinação que a sustenta (liberalismo iliberal e conservadorismo reacionário) faz conexão com imaginários arcaicos que deitam raízes na escravidão e no patriarcado. Além das preocupações com a perda de musculatura da democracia, causa espanto a decadência do liberalismo, que hoje se reduz ao liberalismo econômico, responsável por soterrar os ideais do liberalismo político (liberdade de autonomia individual, tolerância, diversidade, pluralidade). Esse formato, adoção do ideal liberal

---

<sup>1</sup> Jornalista, doutora em Ciências da Comunicação, professora pesquisadora do Colabor (ECA-USP), integrante do CORE (Conselho Internacional Reinventando a Educação), articulista da Carta Capital Digital. Autora e organizadora de diversos livros, entre eles: *Espelho infiel: o negro no jornalismo brasileiro* (2004), *Mídia e racismo* (2012), *Perfil de Sueli Carneiro* (2009), *Esboços de um tempo presente* (2016).

apenas no campo econômico, teve um de seus marcos no governo Pinochet e a aplicação do arrochante receituário econômico formulado pelos Chicago boys. Nem mesmo o governo de Margareth Thatcher foi tão longe na dilapidação do sistema liberal.

A ascensão do populismo e da extrema-direita vêm perturbando o que as democracias liberais ocidentais avaliavam como inabalável: a fortaleza do ideal liberal como um dique capaz de conter o medo e as forças autoritárias. Chega-se a afirmar que experimentamos uma debilidade sistêmica do liberalismo:

Basta dizer que se apalpa no ambiente que o desencanto e a decepção com os valores liberais são intensos. Algo que impulsiona aqueles que, das fileiras populistas, consideram que a democracia deve se despojar do liberalismo se quiser sobreviver e defender eficazmente os interesses nacionais. Uma crítica que fundam na incapacidade dos liberais na hora de lidar com a excepcionalidade permanente a que o mundo se vê submetido desde a virada do milênio. (Lasalle, Jornal El País, 15/08/2019).

O Brasil não é exceção à regra. Junto com Hungria, Áustria e Polônia o país compõe uma vanguarda autoritária, messiânica e apocalíptica (a narrativa apocalíptica é o cimento para justificar a destruição total dos direitos, o que justifica o discurso ameaçador proclamando a falta de dinheiro e, ato contínuo, o corte de verbas para áreas essenciais, como educação e saúde). Vale dizer que embora existam correspondências com um fenômeno que vem riscando o planeta, o continente europeu tem envergadura política, econômica e cultural capaz de deter a insanidade desses regimes, o que não é o caso do Brasil, portador de uma democracia frágil e de uma República que nunca se realiza efetivamente. Não devemos esquecer de Donald Trump, em quem Bolsonaro se inspira para sua performance, e Boris Johnson, na Inglaterra.

Pelo que se vê, temos, pois, motivos suficientes para nos assombrar com a rotação de perspectiva na política brasileira. Federico Finchelstein, especialista argentino, diz em seu mais novo livro, *Del fascismo al populismo en la historia* que Bolsonaro é um dos populistas mais próximos do fascismo no rol das autoridades de nosso tempo. Para ele, o novo populismo, que combina neoliberalismo com ranço fascista, diverge dos populismos do pós Segunda Guerra Mundial. Estes, na visão de Finchelstein, tentaram reformular a democracia em termos autoritários sem voltar à tradição fascista. O que não ocorre com os populismos do século XXI por deslocar seu polo de atração para a órbita fascista (2019, p. 7). O historiador e cientista político Luiz

Felipe de Alencastro atesta: a eleição de Jair Bolsonaro para a Presidência da República é um episódio marcante não só na história do país, mas também das Américas, representa uma ruptura: “É a primeira vez, desde o final do século 18, que a extrema-direita chega ao poder por meio do voto”, assegura ele. (entrevista ao programa Entrevistas, da TVT, 20/03/2019).

Pois bem, num quadro como esse, de pós-globalização, de desdemocracia, de liberalismo iliberal, de populismo autoritário, de avanço dos nacionalismos xenófobos, o que fazer, o que dizer, o que pensar? Como reagir a essa índole protofascista? Como pensar em novas configurações da política num momento em que é o próprio pacto civilizatório que está em jogo? Como reposicionar o debate, tão febril em nossos dias, sobre os destinos da democracia? De que maneira instaurar a República?

Nessa ambiência de assombro, desolação, medo, de angústia paralisante, ouve-se aqui e ali murmúrios de que é preciso avançar e aprofundar as mudanças brutalmente interrompidas desde o golpe de 2016. Engrossam-se as fileiras daqueles que defendem ser urgente uma reorganização do sistema político por uma ação conjunta de “fora”.

Apesar dos pesares, é possível estabelecer parâmetros para construir um mínimo de civilidade. Que as democracias agonizam em várias partes do mundo, disso ninguém mais duvida. Esta parece ser a preocupação que vem tirando o sono de analistas ao redor do planeta, a exemplo dos professores de Harvard, Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, autores do *best seller* “Como as democracias morrem?” (2018) e do espanhol Manuel Castells com o livro “Ruptura: a crise da democracia liberal” (2018). “Como a democracia chega ao fim” (2018), de David Runciman, completa o trio das obras que estão vendendo mais que cerveja no carnaval. A prescrição do remédio para a ascensão do autoritarismo tornou-se invariável: a necessidade premente da criação de frentes democráticas.

Segundo o filósofo Marcos Nobre, professor da Unicamp e diretor do Cebrap, para além da criação de uma frente democrática é preciso, no caso brasileiro, que “as forças políticas que não estão alinhadas ao governo de Bolsonaro repactuem concomitantemente as regras da democracia brasileira. Para o filósofo, “o impeachment de Dilma Rousseff ainda não acabou, uma vez que o sistema político não se reorganizou desde então e a eleição de Bolsonaro não foi de renovação, mas de destruição. E ele

[Bolsonaro] precisa do colapso pra se manter no poder". (entrevista concedida ao El País, janeiro de 2019).

Nobre diz ainda que o impeachment deflagrou uma guerra que teve início, mas que até o presente momento não chegou ao fim, a não ser que se reestabilize o sistema político. Lembra o professor que o impeachment de Collor não terminou em dezembro de 1992, mas sim em março de 1994, quando foi lançado o plano real, que era, ao mesmo tempo, um programa de estabilização econômica e política: "se no Governo Itamar você podia reorganizar o sistema de dentro do Governo, com Bolsonaro o desafio é muito maior, porque você tem que reorganizar de fora".

Ora, a que as palavras de Nobre nos convocam? Como podemos reorganizar o sistema político brasileiro de fora se não pela participação ampliada daqueles e daquelas que mais são atacados pela tática de guerra bolsonarista? De que maneira trazer para a cena, mulheres, negros, povos indígenas e os terrivelmente outros (que se constituem nos principais alvos do Estado de mal-estar social) na condição de protagonistas de um projeto capaz de manufaturar algo novo:? Como fazer desses sujeitos e sujeitas agentes importantes para o desenho de novos quadrantes e não apenas tomá-los como pessoas faltantes a quem as políticas públicas deverão atender prioritariamente?

## **2 Reforma Política e aperfeiçoamento da democracia**

Como era de se esperar, as discussões em torno da Reforma Política ganham impulso renovado em face das crises periódicas que atravessam o sistema político brasileiro. Entendidas como uma forma de aperfeiçoamento da democracia, as reformas incidem sobre um arco extenso que passa pelo processo de redemocratização, pelos sistemas eleitorais (pensando regras para competições eleitorais periódicas), ou, de forma ainda mais abrangente, como uma reorganização das instituições políticas, do comportamento político e dos padrões de interação política:

No Brasil pós-democratização, a agenda da reforma política foi mudando: no começo dos anos 90 ainda eram discutidos amplos traços da organização das instituições políticas, como foi o caso do plebiscito sobre o parlamentarismo. A partir do final da década de 90, a idéia de reforma política foi se consolidando em torno de diferentes pontos: a reorganização ampla das regras do sistema político e da forma de financiamento de campanha, a criação de novas instituições capazes de aumentar a participação. (Avritzer & Anastasia, 2006, p. 12).

O escopo reflexivo da reforma política e os seus desdobramentos práticos ganham força num ambiente em que a institucionalidade, os parâmetros de justiça estabelecidos pela Constituição, a estabilidade política e econômica se instituíam como uma das principais virtudes da nova gramática política. Havia um clima de otimismo, de crença nas instituições que poderiam melhorar sua performance à luz de uma ideia de desenvolvimento e inclusão. Não são raros os registros que flagram esse espírito, tal como o Documento Reforma Política no Brasil, de 2006, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG):

O país é hoje uma democracia consolidada e vibrante, exemplo para o continente latino-americano, e objeto de admiração e respeito em todo o mundo. Transcorridas mais de duas décadas do processo de redemocratização, não se verifica no país nenhum temor quanto à possibilidade de retrocessos autoritários. As crises políticas ocorridas nesses anos foram todas superadas dentro do marco constitucional, sem colocar em risco as instituições democráticas, cuja construção é uma conquista permanente de toda a nação brasileira. O Brasil tornou-se conhecido internacionalmente também pelas inovações no campo da democracia cidadã, isto é, na esfera da democracia que vai além dos processos eleitorais periódicos da chamada democracia representativa. A multiplicação das experiências de orçamento participativo no âmbito local, a criação de conselhos com participação social no âmbito de diversas políticas públicas, as experiências de descentralização das políticas sociais e a institucionalização de uma instância de diálogo com os movimentos sociais no âmbito do Executivo são exemplos de como o Brasil vem contribuindo para o enriquecimento da prática democrática no continente e no mundo. (Avritzer & Anastasia, 2006, p. 12)

Como se vê, de 2006 para cá impuseram-se distâncias atlânticas. A nossa bandeira atual não é mais pelo aperfeiçoamento da democracia (que, aliás, nunca chegou para os habitantes das franjas deste país), mas sim pela recuperação dos marcos democráticos, uma vez que o estado de exceção tornou-se a forma de governo desde o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff. Ao ler o Documento da ONU em parceria com a UFMG, atestamos que tudo aquilo não nos pertence mais.

Considerando que não vivemos mais sob o influxo daquele contexto positivo, alvissareiro, de estabilização da democracia e expansão da rede de cobertura de direitos, em que moldura e condições podemos albergar uma reforma do sistema político brasileiro? Quais as possibilidades que a tornam viável? Será que a reforma

ainda carrega, do ponto de vista conceitual e político, a potência para a mudança necessária em ambiente tão adverso? Mais do que isso, evocá-la nessa atmosfera desértica ainda faz algum sentido?

Este texto inclina-se a pensar e a defender que não nos cabe mais atuar nas fronteiras de uma reforma política porque simplesmente não restou nada para reformar. O estado neoliberal vem transmutando e destruindo as instituições: não se tem mais judiciário (o que se tornou a Operação Lava Jato? Em que se transformou o STF?), inexistente o legislativo (um balcão de negócios em que os nobres deputados tentam salvar a própria pele), muito menos resta o executivo, o que denominamos de sociedade civil converteu-se em uma praça de negócios animada pelos algoritmos, onde até robôs definem os destinos de uma coletividade.

O sociólogo Max Weber afirmou que é preciso estar à altura do cotidiano – qualidade que parece nos escapar num cenário distópico. Ocorre-me neste momento o que foram as avaliações durante a campanha presidencial de 2018: apesar das evidências, muitos afirmavam, entre análises e apostas, que seria improvável o avanço e aprovação de uma extrema direita na presidência da República. Quando muito, se dizia que ela chegaria às raias das casas legislativas, resignando-se ao baixo clero, loteando as bancadas do boi, da bíblia e da bala; o ruidoso Jair Bolsonaro derreteria feito sorvete com as campanhas nas ruas, afirmavam alguns entusiasticamente. Outros, mais assertivos ainda, insistiam que, para o segundo turno, melhor seria um confronto com o capitão do exército porque ele não resistiria a uma frente ampla (que não se compôs) e não teria tempo de TV suficiente para sustentar suas aberrações (mas a TV pouco ou nada significou nestas eleições).

Além de proficiência analítica, é preciso também ter coragem, como diria Guimarães Rosa, para discutir que Estado outro pode ser pensado, já que na atmosfera neoliberal o próprio Estado é reduzido, transformado, torna-se um mero agenciador do mercado. Hanna Arendt também vem ao nosso auxílio. Segundo ela, “é preciso sair em visita e treinar a imaginação” (1994, p. 13). Não tenho dúvidas de que é dessa imaginação que se poderá erigir novos alicerces e novos paradigmas.

É preciso desertar de um pacto institucional, de um arco de alianças, de um horizonte econômico, de um marco jurídico, de um sistema de representação, que, *per*

si, excluem a possibilidade da transformação necessária e impede a participação efetiva dos condenados da terra na distribuição do poder.

### 3 Mulheres negras: protagonistas de um novo pacto civilizatório

Não nos enganemos. O que este estado de coisas reivindica são novas formas de configuração da política, posto que o país fracassou fragorosamente, o Brasil perdeu para o Brasil. Nessa tarefa de sair em visita e treinar a imaginação, como aconselha Arendt, mostra-se urgência política e imperativo ético instituir novas formas de reflexão e ação, dar vazão ao inominável, ao imponderável, ao indomável. Que tipo de subjetividade pode sustentar de forma protagônica uma insurreição e propor o desenho e abertura de novas rotas?

São das mais profundamente excluídas que poderemos ouvir vozes que enunciem um universal sobre o alcance dessa tarefa. Faço aqui um paralelo que não é apenas recurso retórico: embora a Revolução Francesa tenha colaborado com os ideais universalizantes, emancipatórios e igualitários para o que se designou como homem e humano, não foram os colonos brancos desta Revolução que puderam enunciar este universal. A Revolução Francesa só se transforma em fato da história mundial quando ela é apropriada pelos escravizados contra os próprios senhores, como aconteceu com a Revolução Haitiana.

Espero ter dito o suficiente para enfatizar que não é possível uma reconstrução de país sem que essas vozes participem das instâncias decisórias em prol de uma transformação profunda. São elas que vêm sinalizando para novos léxicos, novos conceitos, novos paradigmas, novo *ethos*. De forma radical nos apontam que:

O que é necessário opor aos planos de austeridade é uma outra ideia de vida, que consista, por exemplo, em partilhar em vez de economizar, em conversar em vez de calar, em lutar em vez de sofrer, em celebrar as vitórias em vez de invalidá-las, em se aproximar em vez de manter distância. Não é possível, por exemplo, medir o tamanho da força que os movimentos indígenas do subcontinente americano ganharam ao assumir o *buen vivir* como afirmação política. Isso traça, por um lado, um claro perfil daquilo pelo que e contra o que se luta e, por outro, abre a porta para a descoberta serena das mil outras formas de entendimento da “boa vida”, formas que apesar de diferentes, não são inimigas, pelo menos não necessariamente. (Comitê Invisível, 2016, p. 41).

Assim como os povos indígenas, as mulheres negras apresentaram outro conceito de vida e de desenvolvimento, se contrapuseram ao neoliberalismo afastando-se de qualquer armadura dele decorrente: “não basta apenas lutar por reconhecimento, é preciso questionar as normas que antecipadamente estabelecem o reconhecimento diferenciado” (2015, 32), lembra Judith Butler. Historicamente as mulheres negras e os povos indígenas vêm criticando essas normas, dando ênfase para a necessidade de novos arranjos, exortando a sociedade brasileira para zerar o jogo, formular novas propostas que tragam de volta a Política, com P maiúsculo, para o epicentro de um mundo que se despedaça, evocando o escritor nigeriano Chinua Achebe.

Alerta: recomeçar, laborar formas diferentes e inaugurais, não significa, contudo, flertar com a tábula rasa, retornar ao grau zero. Pelo contrário. Significa, antes, inventariar reflexões, sonhação e práticas que há muito estão elaborando outro mundo. Na escuta de cada época, mulheres negras e todos os habitantes das bordas do sistema vêm propondo outras formas de reconfiguração da política, antevendo as catástrofes que começam arruinando as beiradas: “da beirada se pode ver todo tipo de coisa que não se pode ver do centro. Grandes coisas, inimagináveis, as pessoas na borda veem primeiro” (Vonnegut, 1975, p. 42). Trata-se, como disse Walter Benjamin, de movimentos de vidência: “nas circunstâncias ordinárias, a maior parte das pessoas acaba por ver, mas quando já é demasiado tarde, quando já se tornou impossível não ver e quando isso não serve mais a nada”. (1990, p. 32)

Sob esse ponto de vista os feminismos negros se tornaram fenômenos de vidência: “parte da sociedade via o que ela continha de intolerável e via também a possibilidade de algo diferente” (1990, p. 23). E esse algo diferente foi acolhido pela plataforma do Bem Viver que, inspirada nos povos indígenas, conforme mencionado acima, manufatura uma filosofia, um sistema de vida, uma proposta política que recusa, radicalmente, os princípios do capitalismo, da violação da vida e dos direitos.

Contra o receituário de morte de Paulo Guedes, um autêntico Chicago boys (os assim denominados alunos e seguidores da Escola de Chicago), é preciso defender a vida em plenitude. Contra os vitupérios à democracia é preciso reafirmá-la de maneira intransigente. Contra os ataques às múltiplas existências, é preciso garantir o direito às formas variadas de ser e estar no mundo.

Em todos os períodos da nossa história foram as mulheres negras e os terrivelmente outros que denunciaram o *déficit* democrático que acompanha a história do Brasil, bem antes das obras de Manuel Castells e Levitsky tornarem-se referências obrigatórias. Foram elas a bradar altivamente contra a hegemonia de um humano (branco, ocidental, cristão, cis, hetero, chamando inclusive a atenção do feminismo branco de que bebia da mesma fonte deste poço hegemônico ao não pluralizar a noção de mulher). Por isso, se faz necessário afastar das nossas lutas qualquer etiqueta relacionada a identitarismo.

Esta eleição teve inegavelmente caráter plebiscitário. Fomos às urnas para decidir qual paradigma iria orientar a vida institucional nos próximos quatro anos. Foi uma luta entre as luzes do poder e os lampejos dos vaga-lumes (a metáfora dos vaga-lumes foi poeticamente destrinchada pelo crítico de arte Didi-Huberman, 2001). A luz intermitente desses pequenos seres resiste, persiste em iluminar o obscurantismo que cobriu o nosso céu.

Uma das avaliações deste nosso momento tormentoso considera que quando não ajustamos as contas com a história, ela volta a nos assombrar. A repetição, o recalcado, ocorre quando faíscas do passado soterrado podem ser identificadas nas malhas do presente. Como a espada de Dâmocles, trejeitos da ditadura militar retornam, ainda segundo essa visão, colocando em cena a ameaça do autogolpe. Mulheres e homens negros dão consistência a esse argumento enfatizando que a espada que se levanta contra o nosso pescoço tem uma extensão que alcança a escravidão e o patriarcado.

Os vaga-lumes estão aí para dizer que realmente o buraco é muito mais embaixo e que recua não à casa de 1964, mas àquela em que os embriões do autoritarismo de hoje nasceram e floresceram, cultivando a escravidão como um modo de vida que se queria perene para alguns (Reforma Trabalhista, Reforma da Previdência, Liberdade econômica estão aí para reafirmar esse postulado).

Mas como escutar a voz de um segmento que segue na base da pirâmide, vítimas de iniquidades, da violência obstétrica, do feminicídio? Como levar em conta as experiências dos povos originários, uma vez que o que conhecemos como civilização soterrou e exterminou as práticas indígenas?

Podemos talvez principiar por refletir sobre essa questão considerando o lugar dos subalternizados no jogo político deste país, interditados pela fala na efetiva participação na produção e usufruto do comum. Lembrando Spivak, poderíamos indagar: Pode o subalterno falar? Ao que ela responde: o subalterno não é aquele que não pode falar, mas aquele que não pode ser ouvido. (2004).

Quando se concede a possibilidade de escuta, essa subalternidade ingressa no sistema político como alguém a quem o Estado deve prover. Quase nunca como alguém que detém a capacidade de definir os destinos de uma coletividade. Exemplo irretocável: os governos petistas promoveram mudanças substantivas no campo da expansão dos direitos para negros, mulheres, população LGBTQI+, povos indígenas e quilombolas, mas estes permaneceram na dinâmica política como beneficiários das políticas públicas, o que deixou brechas para questionamentos acerbos a respeito da democracia inacabada para esses grupos mesmo numa atmosfera inequívoca de inclusão.

É preciso, assim, uma compreensão coletiva de que é fundamental para qualquer proposta de reforma política, aqui posta sob suspensão, uma antecedência que diz respeito à reconfiguração do comum, entendendo este comum como um espaço em que se percebe a divisão entre espaços, tempos e formas de atividade desempenhadas pelos sujeitos que possuem a capacidade de definir como eles tomam parte no processo de repartição do visível, do audível e do reconhecível, como insiste Rancière. Para este filósofo:

a partilha do sensível dá a ver quem pode tomar parte do comum em função do que faz, do tempo e do espaço nas quais essa atividade é exercida. Ter esta ou aquela ocupação define, assim, as competências ou incompetências para o comum. Isso define o fato de ser ou não visível em um espaço comum, dotado da palavra comum etc. (2000, p.10).

Reorganizar o combalido sistema político a partir de fora da institucionalidade supõe, portanto, perturbar as bases desse comum, a fim de que nossas pretensas aspirações de mudança não perpetuem com as assimetrias históricas que pré-definiram as corporeidades e subjetividades que sempre definiram os destinos de uma coletividade.

Lélia Gonzalez, quando inicia sua conferência na PUC do Rio de Janeiro declarando que “o lixo vai falar e numa boa”, estava incidindo sobre essa deformação

democrática brasileira. Levar minimamente em conta o que este enunciado ensina para o momento presente supõe dele extrair a seiva para que de fato viremos o jogo e, quem sabe, se aviste logo ali um mundo em que a vida de cada e de todos(as) efetivamente importa.

#### 4 Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Entrevista ao programa de TV Entre-vistas, da TVT*, 20/03/2019.

ARENDT, Hanna. *Lições sobre a filosofia política de Kant*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

AVRITZER, Leonardo e ANASTASIA, Fátima. (orgs). *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BORGES, Rosane da S. *Como foi possível o que é?* Carta Capital, 8/11/2018.

BUTTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

COMITÊ INVISÍVEL. *Aos nossos amigos: crise e insurreição*. São Paulo: N-1, 2016.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

FINCHELSTEIN, Federico. *Del fascismo al populismo en la historia*. Espanha: Taurus, 2019.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na sociedade brasileira*. Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984.

LASALLE, José Maria. *Chegou o fim do liberalismo?* Entrevista ao Jornal El País, último acesso: 15/08/2019.

MATOS, Olgária. *Desejo de evidência, desejo de vidência: Walter Benjamin*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

NOBRE, Marcos. *Entrevista ao Jornal El País*, último acesso: janeiro/2019.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. São Paulo: Editora 34, 2000.

RUNCIMAN, David. *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo: Todavia, 2018.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty, *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2004.

STEVEN, Levitsky & ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem?* Rio de Janeiro: ZAHAR, CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

VONNEGUT, Kurt. *Revolução no futuro*. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.